

Nacionalismo e Literatura em Portugal: Dois dos equívocos da caligrafia única (1932-1945)

*Nationalism and Literature in Portugal:
Two of the misjudgments of the mainstream (1932-1945)*

Paulo Archer de Carvalho

*Doutor em Letras
Investigador do CEIS20 da Universidade de Coimbra
pauloarcher33@yahoo.com.br*

Resumo: O Estado Novo não conseguiu criar um cânone de “nacionalismo literário”, quer quando projetou uma “política do espírito”, quer quando tentou nacionalizar e converter em ortodoxia a mitopoética heterodoxa de Pessoa em *Mensagem*. Sob o ponto de vista hermenêutico, o nacionalismo representou, para Pessoa, uma outra face para apreender o ecumenismo profético que a sua escrita arrasta e o universalismo, situado e descentrado, que a sua Poesia exige.

Ao invés, o regime paradoxalmente adoptou a *Mensagem* como cânone, em busca de raízes mitológicas para a sua própria afirmação política e de *pré-textos* fundadores da sua sobrevivência ideológica.

Palavras-chave: Nacionalismo literário, política do espírito, Fernando Pessoa, *Mensagem*.

Abstract: Estado Novo not manage to create a canon of “literary nationalism”, either when it drew a “Política do Espírito”, or when it tried to nationalize and turn into orthodoxy a heterodoxic “mitopoiética” of Fernando Pessoa in *Mensagem*. From the hermeneutic point of view, nationalism represented for Pessoa a different face to apprehend the prophetic ecumenism that his writing draws, and the universalism, situated and decentered, that his Poetry demands.

Instead, Estado Novo paradoxically adopted *Mensagem* as a canon in search of mythological roots for its own political assertion and pre-texts underlying its ideological survival.

Keywords: Literary nationalism, Política do espírito, Fernando Pessoa, *Mensagem*.

Entre o alvor da década de 30 do século XX e o final da II Guerra Mundial, no fundo da cratera e dos *incêndios do tempo*, provavelmente o mais difícil será determinar, com razoabilidade crítica e rigor hermenêutico, o que se entende, em Portugal, por “literatura” afectada ao Estado Novo.

O II modernismo seria em grande parte estranho à épica (e à retórica) *ressurreição nacional*, como o evidenciam a escrita e os escritores, os artistas, numa palavra, os intelectuais agrupados na *presença* (1927-1940) e à volta dela; e estranho seria o neo-realismo, em 1937, 1938, mirando fixo no Sol nascente a denúncia da miséria social e a promessa adâmica da Terra redentora; e o I modernismo estilhaçara-se já pela passagem tão intensa quanto meteórica de Fernando Pessoa, meteoro que após a *vita brevis* de Mário de Sá-Carneiro e a par da autolatria escrita de Almada Negreiros, em vinte anos tudo secará em volta, como cinzas vivas do vulcão extinto, dilacerando o *Eu* por ele mesmo ser autoconstitutivo de múltiplas abstracções, os *possíveis de si*. Dir-se-á que aparentemente não deixaria mais espaço a outros.

Restava, é hoje mais clara esta leitura, o que não morrera ainda do nacionalismo literário e se arrasta, em condição terminal, desde o neogarrettismo finissecular; e nele a invocação tardo-romântica, por muitos prolongada até à agonia salazarista, da felicidade pela agricultura e a inculcação do gosto horaciano pela inflação poética dos valores da terra, correlata da deflacionada *vida artificial* que a cidade grande gera e vive, numa antropologia sem Deus e numa sociologia de operários pobres onde o confessionalismo literário não entra. Mais tradicionalista do que «revolucionário», mais retaguarda do que vanguarda, também no campo das letras, o que o Estado Novo promoveu, impeliu, fez ler (nos concursos oficiais, nas escolas oficiais, na imprensa vigiada, nas rádios oficiosas) como *literatura*, não era mais do que o lugar *ordeiro* (tida como o espelho social de uma ordem cósmica e providencial) onde os mortos ali ressuscitavam: o primado da ancestral autoridade nada tinha do incendiário fascista que blasfema; não há Célines, ou Ezra Pound’s a medrarem nos muros alvos das aldeias doiradas de Salazar e dos literatos oficiais que, mal, o escoltam.

Excluindo porventura António Ferro, ou Almada Negreiros (assaz surpreendente na novela *Nome de Guerra*), há antes uma plêiade de escritores da segunda divisão que não consegue ocupar a praça pública, à luz da qual são os grandes romancistas, oposicionistas, legíveis, mesmo se combatidos ou talvez por isso, num país que produz mais analfabetos do que simples graduados liceais. E à outra-escala, consensual então, que se jogava na manutenção e exploração do longínquo império colonial, raras vozes ou

máquinas de escrever de literatos se registam na contestação à mais velha presença europeia dos bocados de uma nação, expandida ou migrada pelas partidas (por vezes quasi ignoradas) do mundo.

Texto sinóptico de uma das linhas de investigação que o autor há muito prossegue (CARVALHO, 1994; 1996; 2003; 2011; 2011-2012), apresentam-se esquematicamente algumas das conclusões que serviram de guião para a homónima comunicação no 45.º *Annual Meeting* da ASPHS, Association for Spanish and Portuguese Historical Studies, Modena (Itália, 2014).

Equívoco antepimeiro

No período que medeia a ascensão e consolidação do Estado Novo (1932), para cuja feição institucional e matriz ideológica a repressão cívica correlata da mitificação salvífica de Salazar é cada vez mais determinante desde 1928-1930 – e o final da II Grande guerra, conflito distante mas que cruzara a geografia Ibérica onde, apesar da morte aparente dos nacionalismos bélicos europeus, as duas ditaduras são ratificadas internacionalmente, é a Era da gestação e queda do primeiro grande equívoco doutrinário do Estado Novo. Ideólogos e vigilantes directores dos serviços do regime verificam não ser possível traçar rotas definitivas para uma literatura nacionalista, pois *não é possível «nacionalizar» a literatura* e convertê-la em mero *bureau* de estado ou organismo corporativo. O modelo de uma *caligrafia única*, da aspiração a uma voz, que a didactologia política impunha, encontrou nas práticas literárias não só as maiores resistências como as maiores incompreensões.

O reino polifónico da literatura não é um edifício estático ao qual se imponham previamente regras de espaço, construção ou desenho; nem código penal, pois a ductilidade das palavras foge à norma *temporalizadora* que as tenta capturar. Impossibilitado de controlar o movimento editorial, a gestão privada dos livros e casas livrarias ou, até, face ao fracasso do anunciado programa da *agitprop*, conduzido a partir de 1933 na SPN (Sociedade da Propaganda Nacional) por António Ferro, no que toca à criação e controlo de colecções de divulgação “popular” (outro paradoxo: o povo, mais de 60% dos maiores de 7 anos, em 1926, no final da República, era não só iletrado mas analfabeto) ou de produção literária e enciclopédica *para o povo*, Ferro sabe bem que esse desafio está a ser e será ganho por aqueles, que dos Cadernos da *Seara Nova*, aos de

Agostinho da Silva ou aos da Livraria Inquérito (de Eduardo Salgueiro) à Biblioteca Cosmos, de Bento de Jesus Caraça, se perfilam à Esquerda, quer seja democrática, republicana, anarquista ou comunista, contra o Estado Novo e a sua liminar *política de negação* da liberdade, das livres letras e das artes livres.

Não há pois registos significativos de literatos ou escolas literárias *nascidos no interior do regime*, no “suave” fascismo prático sem fascistas teóricos que em Portugal se instala: nem é preciso um intelectual inscrever-se no Partido único (“antipartidos”) para se ser escritor reconhecido e, exceptuando figuras relativamente menores da geração que se segue e sobra do finissecular nacionalismo neo-romântico e do lirismo conservador patrioteiro (António Correia de Oliveira, Augusto de Castro, por exemplo) ou do “lusitanismo” (Afonso Lopes Vieira), nenhum dos já consagrados ou dos que se viriam a consagrar, neste período, na República das Letras, figura nas listas da SPN, o órgão promotor e mediador da visão elitista da cultura oficial para consumo das massas, ou precisa sequer do regime e suas encomendas oficiais para coisa alguma, senão para se lhes opor.

114

Em breve, fóruns alternativos, à volta de revistas e correlativas áreas literárias, críticas e de ideias, como *Seara Nova* (1921-), *presença* (1927-1940), *Vértice* (1942-), criam num campo incontrolado, mesmo se censurado e perseguido, a mais fecunda produção literária (CARVALHO, 2011-2012). É a época em que, passada a adulação do velho simbolismo do fim de século (António Nobre, Eugénio de Castro, Camilo Pessanha) e do academismo (Júlio Dantas), agora são reconhecidos Raúl Brandão, Teixeira de Pascoais, Aquilino Ribeiro, Afonso Duarte, como os vates do espírito, da língua, da terra; e que Ferreira de Castro, após os *Emigrantes* (1928) e a sua fascinante experiência narrada pelo imenso Brasil, iniciara já a obra ímpar e tão injustamente mal evocada. É a época da afirmação poética e novelística de Miguel Torga, numa literatura da consciência de si que não abstrai da consciência das condições, políticas, sociais, intelectuais, em que ela mesma não pode medrar sem se insurgir; da expatriação de Rodrigues Miguéis, pela fascinação crítica da grande metrópole norte-americana; da gestação do neo-realismo do *Novo Cancioneiro*, firmado em Coimbra. É a época, enfim, da poesia inquietante e nova de José Régio, uma voz própria na cauda e no caudal do cometa Fernando Pessoa que incendiara os céus, cujo rasto é ainda, e apenas para alguns, pouco perceptível.

Tudo isto evidencia empiricamente o estado de debilidade endémica do próprio problema de *investigar uma hipotética literatura salazarista* em pleno salazarismo, o que

não deixa de ser estranho. Há, com efeito, um pelotão quase inominável de uma literatura conservadora (encimado na versão urbana e cosmopolita por Joaquim Paço d' Arcos) que endeusa valores da terra e o regionalismo, que faz o apólogo da religião tradicional e do Império (Guedes de Amorim, Tomás de Figueiredo), seguindo o trilho mítico da “acção evangelizadora dos portugueses no mundo”, que louva a honradez moralizante de pobres e excluídos, que se dedica a estudos moralizantes e históricos, dos quais *D. Luísa de Gusmão*, de Hipólito Raposo, é o paradigma tardio (1947). Porém, em rigor, nada disso é próprio do salazarismo, diga-se, nada disso é fruto de uma *invenção ideológica* do ditador ou dos seus comissários.

Trata-se antes de um *arrastamento*, reaproveitamento do legado tradicionalista e conservador, do historicismo ou até das modalidades do *pietismo literário* (do converso Manuel Ribeiro, por exemplo, ex-anarcossindicalista) que desde o ocaso do século XIX e do tremor do *Ultimatum* (1890), não estava sepultado e se reafirmará quando o fervor e a fé cívica anticlerical, a literatura naturalista e de “patologia social” (de que Abel Botelho, com *O Barão de Lavos*, fora o caso maior), entrar em forçado eclipse, com a queda da República às mãos dos militares. Quer dizer, o regime não criou, *per si*, cânones específicos e mecanismos do gosto, normativizando antes as narrativas ficcionais “portuguesas” e congelando uma iconologia narrativa, *sub specie* (Herculano, Garrett, Eça de Queirós, Camilo Castelo Branco), ao contrário do que ocorrerá em novas linguagens e estéticas do cinema, da radiodifusão ou, nas disciplinas antigas, com a *portugalização* do gosto pictórico, o pitoresco paroquial, ou com a monumentalidade fascizante na arquitectura oficial, o grotesco imperial.

Além doutros factores, perguntar-se-á se terá subsistido e será reconhecido, no campo específico da estética literária, um verdadeiro *livro de estilo* do Estado Novo, à semelhança daquele, “pedagógico” (tratava-se de facto da imposição de uma didactologia), que norteava a sua política educativa, mormente no ensino básico, onde as *Lições* de Salazar impunham o ideal estético-moral da pobreza limpa, da redenção espiritual, o culto submisso aos chefes e hierarquicamente ao ditador, o mais modesto e perfeito. Porém, só esta axiologia traria o *ex novo* ao discurso literário; e ela encontra mediações criativas de fraca intensidade, impugnando estéticas da recepção eficazes e galvanizadoras. Enquanto *estética* literária, baldadas tentativas frouxas de reler o Modernismo como mero discurso propagandístico do poder, aquele escapou à canonização política. Não há, de primeira plana, Marinettis nem Pound's no palco literário da luta política e, ademais, a *vertigem da velocidade* e a panegírica da

modernidade reaccionária desencadeiam antídotos e resistências no imaginário fixista e ruralista, recíproco do tom épico da epopeia, com o qual se pintam em cores delidas o *viver habitualmente* (CARVALHO, 2003: 135 e ss).

Verificada a impossibilidade da declaração criativa de uma política cultural, a célebre *política do espírito* enunciada por António Ferro em 1933 redundou, no campo literário, num serviço sistemático de censura cada vez mais especializada, objectivando uma prática negativa sobre as condições subjectivas e objectivas da produção. Assim, ela reflectiu-se, no plano criativo e da literatura das ideias, na *política sobre o espírito* e, em particular, na sua *longa negação*: na proibição dos estrangeirismos e na interdição de edições, autores e leituras, num larvar e primário discurso anticomunista, antiliberal, antidemocrático, na vigilância moralista dos “bons” usos e costumes, mormente em narrativas de conteúdos explícita ou implicitamente sexuais ou “imorais”, relevando do desprezo contínuo à Modernidade gnoseológica correlato do ódio visceral ao pensamento livre e suas mediações artísticas.

A política do espírito, como todas as políticas impositivas e planificadoras, cifrou-se numa *polícia do espírito*. A imediação fonética e semântica assinala estoutro equívoco maior – *querer governar os espíritos*, escrevera-o J.-M. Guyau no declinar do século XIX, *é mil vezes pior do que querer governar os corpos*.

116

Equívoco maior: a cristianização da Mensagem

No reverso, o segundo grande equívoco do projecto nacionalizador do Estado Novo cifrar-se-ia, mais tarde, num logro. Tratava-se de legitimar à sombra do nacionalismo cristão um poeta ignorado; e de galardoar, na perspectiva e em proveito do regime, o grande poema que no período considerado, *de facto*, se publicará em Portugal. À sagaz oportunidade de António Ferro se deve a iniciativa de repescar o seu amigo e antigo patrão (de *Orpheu*) para o Concurso de Poesia “Antero de Quental” (1934), da SPN. Os contornos do caso são por demais conhecidos, pelo que nos limitaremos a retomar uma hermenêutica interna (CARVALHO, 2011) desse enorme equívoco.

Veja-se. Como *ars historiae*, o poeta lê no próprio texto clássico e épico feito em “versos de almas tranquilas”. Mas nada tranquila foi a sua recepção entre os poucos que o liam e admiravam. Casais Monteiro, logo lamenta a estreita *medida* nacionalista do livro inaugural em português; mas a resposta desconcertante desautoriza o jovem

admirador, numa epístola bem conhecida: “concordo com os factos que foi a melhor estreia que poderia fazer”, “sou um dos poucos poetas portugueses que não decretou a sua própria infalibilidade, nem toma qualquer crítica, que se lhe faça, como um acto de lesa-divindade”.

Em *Mensagem* deu-se, década e meia, o poeta à tarefa de sintetizar a obsessão pelo *inacabamento*, a posteridade, a (sua) imortalidade, que não é a da Camoniana narrativa mítica do achamento mas a do superCamões, no mesmo mar interior e anterior, *Ó mar anterior a nós*, o da *ilha indescoberta* de “A última nau”, o do *porto sempre por achar*. Foi a melhor, a mais completa, estreia em poesia portuguesa que poderia fazer. Tudo hesitou; no demais sobrepujam formas dubitativas às definitivas; a Caeiro, teve de matá-lo, e a Reis, teve de emigrá-lo, para o Brasil; Campos, foi um flagelo para publicar a não ser fragmentos, embora imortais; do *Banqueiro anarquista*, Pessoa não conseguiu ultimar a edição definitiva. Nem o *Livro* de Bernardo Soares, nem a “novela policiária”, estavam completos quando o tradutor de correspondência estrangeira (*Venham dizer-me que não há poesia (.) nos escritórios*, escreve na *Ode Marítima*), entrou no hospital de S. Luís dos Franceses, para morrer.

Se a sua arte poética é Tratado de precisão teórica e técnica, sobretudo o seu *ethos* fica nela salvaguardado através da criação *mitopeica*, *mitopoética*, a experiência de perfuração da opacidade do tempo: na antropomorfização da Europa, de Portugal, do Mostrengo, da *mão* do Ocidente, antemanhã do passado, nevoeiro e incerteza, dá corpo à ilusão consciente; na reminiscência platónica que é conhecer; na invocação explícita dos pais da pátria e, neles, a Afonso Henriques, *Pai, foste cavaleiro*, a espada que na visão homológica da história passa de mão em mão pelas gerações é a mesma, pode ser o *Graal* ou a espada de Aquiles; as mães, Tareja, Filipa de Lencastre, cujos seios nutriram Portugal, o envelhecido *homem que foi o teu menino*, amamentaram também a loucura sem a qual *a besta sadia, é cadáver adiado que procria*; a esfinge sem rosto de Ulisses, o puro começo mítico do mundo, e a estranha dança da fogueira dos Titãs delindo-se em silêncio pelos vales da Terra, certificam o tempo e o território épicos onde a Teogonia, como em Hesíodo, desagua na mitogonia e se desfaz, *antropogónica*, como onda quebrada, revelando a orla que a espuma oculta.

Deuses, ou o Deus da invocação, são figurações platónicas arrancadas à prospecção do nada que o voluntarismo mosaico propusera. O poeta conjuga no “nacionalismo místico” a sua religiosidade herética: para o militante simpótico, não são mortos ou imortais os que no simpósio dos deuses estão a mais, mas vivos que não

alcançam ou entendem o signo imortal da existência singular. Pessoa não é o *Capitão do Fim* no poema mas *esse que regressarei*: as dismorfias da Esperança (*Sperai*, ‘*Sperança consumada, esp’rança*), como se nem a palavra se objectivasse inteira, a aventura e a obra, são vozes que vêm no ressoar das ondas, conferindo-lhes a densidade trágica do imperceptível, no instante em que se anunciam; acaso e destino, Tempo e Loucura, jogam-se como dados momentâneos num tabuleiro cósmico da História; a circularidade de um tempo quasi-perfeito é o estásimo onde a cada instante estilhaçado (*É a Hora!; Não sei a hora, mas sei que há a hora*) se intrometem imagens refractadas do futuro, do passado, do presente – já anunciado por Campos na *Ode Triunfal*, “*Porque o presente é todo o passado e todo o futuro*”, e noutros versos e assinaturas em livros velhos que arquivam,

Ó enigma visível do tempo, o nada vivo em que estamos!

–, presente mediador no qual *É a Magia que evoca / o Longe e fez dele história*, num vaivém angustiante de marés e de marinheiros que na galeria estática dos retratos do tempo faz ressurgir luzes de fantasmas de velas, ventos e navios, entre o passado mnésico e a aurora espectral, o *despertar* do sol por nascer, primavera adiada em cada vida, cada época, cada *civilização*, senão a primeva que se imaginou civilizada.

O círculo indefinido da metapoética enlaça as palavras: o mundo e a sua temporalidade cabem inteiros em oito versos do poema. Na cosmogonia pessoana, se o “mundo é um pensamento” como lera Oliveira Martins em Camões, o poeta demiurgo, o que usa o *poder de expressão, mediador*, reinstala-se no espaço clássico ora vazio – um vazio *presente* se não for inteirado por miragens reconstrutivas do passado e ilusões prospectivas do futuro –, entre o Caos e o Cosmos, homens e deuses, o indecifrado e o que se pensa saber. O poeta é aquele que reconhece nesse cosmo tanto a criação humana, sonho, não só repetido referente de *Mensagem* mas da obra estilhaçada (também o sonho assume o carácter apocalíptico n’ *Os Lusíadas*), quanto movimento regulado por forças e leis que tenta achar. Os que lêem no poema a numerologia da nova *Bíblia*, reduzindo-o a prece escatológica ou a tabuada de três simples, apenas fartam a sua mesma sede dogmática de leitores. Espelho de sublimes distorções, *Mensagem* é a arte como história que acha o acabamento, *faz-se história*, reatando em Camões o paganismo transfigurador do cristianismo.

Relendo-o àquela luz religa duas tendências, a hermética e neopagã, em que dividiu a alma. Afinal, é possível o encontro heterodoxo, esotérico e hermético, de matriz rosacruziana, afligido de crescente intensidade – mas o construtor de *Poiesis* não faz “votos perpétuos” num Deus-pessoa, ou em homens-deuses, como testemunhou Caeiro, o gentio de *uma religião universal que só os homens não têm: pois Pensar em Deus é desobedecer a Deus.*

Ora, se a reabilitação gnóstica e mística da tradição judaica e neoplatónica inscreve as Idades do ser nas Idades do mundo, a degeneração é vivida na esperança do retorno à Idade do Ouro, mas também instaura, em contradição radical, uma *epistemologia poética*, não se acha outra expressão para designar essa tensão para inscrever um novo método de conhecer os limites temporais através da poesia, para sair fora do tempo – e caminho para decifrar não o real em si mas as significações que dele se podem eleger, num jogo que fura os limites do tempo e o nexos das Eras numa reversão retórica da temporalidade. Paganizando Espinosa, para o poeta que lhe herdou o carácter refractário e insurrecto e, talvez, o pampsiquismo que Pascoais esquecia, só sob o ponto de vista dos deuses a história seria inteligível: e como a visão *sub specie aeternitatis* parece vedada a mortais, pela intervenção dogmática do arame farpado autoritário, entra em incumprimento a presunção omniexplicativa dos incautos: pode resguardar-se Pessoa do divã analítico vazio do Ser, ou não ser mais usado o cadáver ahistórico para lhe dissecar a alma e a vida.

Na *Mensagem* fundem-se ciclos históricos e os tempos ou Idades do ser (o quinto império é o do triunfo da Poesia, como a *História do futuro* o fora da Prosa, para António Vieira, o escritor que viveu *no meio* do Atlântico) na “Raça” dos descobridores, mítica raça forjada pelos *aedos* gregos, pois, se *deuses e homens são uma raça só*, como queria Píndaro-Pessoa, o poeta argonauta dos novos tempos aditaria o desprezo por tudo, di-lo em “*Ultimatum*”, *o que seja menos que descobrir um mundo novo*: o poema é a descrição fantasiosa e a dilaceração desse novo mundo metahistórico e a notícia do achamento gnóstico da incerta hora em que o intuiu.

Qualquer referência histórica é contrafacção historiográfica: a poesia triunfa sobre a história, como evento e género literário. A invenção é a arma de arremesso, mitopeia da órfica descida aos infernos para resgatar das trevas o que resta da divina imperfeição humana trazendo à tona, do fogo a libertando, a elegia humana da divina imperfeição. A falha grosseira de actuais e velhas leituras historicistas de *Mensagem*, que ao sobrevalorizarem a “história” e o “destino nacional” ignoram a historicidade *do*

poema, reside nesse preciso desprezo pela dimensão narrativa da poética como gnose, inventiva capacidade *mitopeica*. Apesar da claridade redentora, *Mensagem* não nos salva *de nós* próprios: não é promessa de regime, programa de governo, ou receita orçamentada na insciente política da cegueira.

Ora, foi este equívoco voluntário e intencional, que o Estado Novo na política do espírito propagandeou durante décadas e cultivou nas escolas, tal como eu aprendi na meninice: mas o poema não é o guião da velha catequese autoritária, mas o diário extraordinário de um achamento do espírito, ao qual só uma *Philosophia libera* poderá aceder.

Entenda-se doutro modo, sob o ponto de vista hermenêutico, que o nacionalismo representou, para Pessoa, uma outra face para apreender o ecumenismo profético que a sua escrita arrasta e o universalismo, situado e descentrado, que a sua Poesia exige. Ao invés, para o regime que paradoxalmente adoptou a *Mensagem* como cânone, em busca de raízes mitológicas para a sua própria afirmação política e de *pré-textos* fundamentadores da sua sobrevivência ideológica, o nacionalismo não era mais, como vulgarmente hoje ainda o é – neste tempo de ressurgimentos nacionalistas e de outras aberrações do fundamentalismo localista, do que um pré-herderiano modo de entender a complexidade do mundo e de minorar e reduzir, por via do “realismo” tomista, a quasi infinita multiplicidade do cosmos a uma fórmula de compreensão de escala reduzida e redutora.

120

Referências Bibliográficas

- CARVALHO, Paulo Archer de (1994). Memória mítica da Nação. O caso do Integralismo Lusitano, *Vértice*, II Série, 61, Julho-Agosto, pp. 51-66.
- ____ (2003). Da Nação Portuguesa (1914-1938) ao Integralismo Lusitano (1932-1934): a insurreição dos intelectuais. ASTRO, Zília Osório de(cord.), *Revistas, Ideias e Doutrinas. Leituras do Pensamento Contemporâneo*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 135-153.
- ____. (2011). *Mitopeia*. Notações para uma poética do tempo e da história nos estilhaços da antropociceia pessoana, *Revista de História das Ideias*, 32, FL-Universidade de Coimbra, pp. 359-393.
- ____ (2012[2011]). Três notas sobre a Modernidade da *Seara Nova* (1920-1930), *Seara Nova*, número evocativo, 1718, Inverno de 2011.
- ____ & Catroga, Fernando (1996). *Sociedade e Cultura Portuguesas (II)*, Lisboa, Universidade Aberta, Coleção Universitária, 1996.

Artigo recebido em 10 de outubro de 2016.

Aprovado em 26 de novembro de 2016.

DOI: 10.12957/intellectus.2016.26665